

A Teodicéia do Desenvolvimento: antecedentes teóricos e pressupostos ontológicos*

Bianca Imbiriba Bonente**

Resumo: A temática do desenvolvimento suscita, desde o seu surgimento, uma série de reflexões e controvérsias. São inúmeros e inflamados os debates a respeito dos diagnósticos e soluções para o problema da *desigualdade de desenvolvimento entre os países*, que divide opinião de cientistas, técnicos e do público em geral. Além disso, como a própria conjuntura atual evidencia, são acirradas as disputas pelo posto de explicação e receituário dominantes. Partindo, no entanto, do entendimento de que a discussão, na medida em que se restringe ao critério da *adequação empírica*, não atinge o âmago da questão, o presente trabalho busca, analisando as teorias do desenvolvimento a partir dos seus *pressupostos ontológicos*, estimular o olhar pouco usual *para além do empírico*.

Abstract: Economic development theory have raised many debates since its appearance. The debate over the diagnosis and prognosis against the problem of unequal development between countries has divided opinions of scientists, technicians and the general public. As current situation shows, in this debate, still the competition for the position of dominant explanation and prescription. Assuming the understanding that the whole discussion is restricted to the criterion of empirical adequacy of theories, and thus, does not reach the heart of the matter, this paper aims to examine the theories of development from its ontological assumptions, and to stimulate an unusual scientific view that looks beyond the empirical facts.

1. Introdução

Nas décadas que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, assistiu-se à proliferação nunca antes observada de estudos sobre a desigualdade de desenvolvimento entre as nações. Neste período, descolonizações e revoluções transformaram significativamente a configuração mundial, e as dezenas de novos Estados pós-coloniais, junto com a maior parte da América Latina, logo se viram agrupadas, em virtude da sua dinâmica diferenciada, como *Terceiro Mundo* (ou países subdesenvolvidos), em contraste com o *Primeiro Mundo* dos países capitalistas desenvolvidos e o *Segundo Mundo* dos países ditos comunistas. (Hobsbawm, 1995)

* Este artigo é parte do projeto de tese apresentado ao programa de pós-graduação em Economia da UFF. Agradeço os comentários feitos na ocasião pelos professores Marcelo Carcanholo, André Guimarães e Carlos Pinkusfeld. Meus agradecimentos especiais ao professor João Leonardo Medeiros, pela orientação dedicada, trabalho árduo de revisão e incontáveis sugestões. Como não poderia deixar de mencionar, quaisquer equívocos ou omissões são, no entanto, de minha inteira responsabilidade.

** Professora Assistente do IE-UFU. E-mail: biancabonente@ie.ufu.br.

Uma vez reconhecido o fato de que diferentes países sustentam trajetórias históricas de crescimento distintas, coube à ciência econômica, na qualidade de disciplina que, desde a origem, inclui no seu escopo a análise da produção e distribuição da riqueza, explicar o fenômeno, diagnosticando suas principais causas. Ainda na divisão de trabalho interna à atividade científica, a tarefa de explicar a existência dessas trajetórias particulares e sugerir possíveis soluções ficaria a cargo das teorias que configuraram uma nova área de pesquisa, mais adiante conhecida como *Economia do Desenvolvimento*.

É neste contexto que as teorias do desenvolvimento surgem como a formulação científica de compreensão e administração da dinâmica social capitalista, consolidando o argumento segundo o qual, somente através deste expediente, seria possível promover uma convergência (ou, no mínimo, uma aproximação) entre as trajetórias de crescimento das diferentes nações (ou conjunto de nações). Como se pretende argumentar, tratava-se de transformar o *progresso automático* que caracteriza esta sociedade num projeto dirigido (pelo Estado).

Pode-se dizer que esta foi a visão dominante até meados dos anos 1970, quando, acompanhando a crise econômica que se espalhou pelo mundo durante esta década e a seguinte, a pretensão de dirigir o capitalismo entrou em colapso. Com a crise do *desenvolvimentismo*, abriu-se espaço para a ascensão do *neoliberalismo* que, sob o argumento de que as raízes da crise estariam no excesso de intervenção estatal, passaria a defender a adoção de políticas econômicas tipicamente liberais.¹

Apesar da dominância exercida por esta formulação nos últimos anos, existem evidências de que a crise sistêmica atual venha reabilitar o dirigismo estatal. Ao ser apontada pela maioria dos especialistas como resultado da desregulamentação, a crise tem incitado um clamor generalizado por mais Estado, dando indícios de mais uma transição hegemônica dentro da Economia. Por estes e outros motivos, parece ser o momento propício para passar em revista as teorias do desenvolvimento.

A partir deste histórico, ainda que breve, do debate sobre desenvolvimento, pode-se perceber, em primeiro lugar, que a Economia modifica, de tempos em tempos, os diagnósticos e prescrições dominantes. Mais do que isso, no entanto, seja patrocinado pelo Estado ou entendido como o resultado natural da liberdade de mercado, em ambos os casos o desenvolvimento

¹ Sobre este ponto, vale destacar que o neoliberalismo não é uma simples reedição do liberalismo clássico. Uma análise detalhada do assunto pode ser vista em Carcanholo (2004).

aparece como tábua de salvação. Há mais de cinquenta anos, o discurso econômico dominante promete aos países que cumprirem determinados requisitos e normas de conduta um lugar garantido no éden da hierarquia global – que se divide entre o inferno dos “subdesenvolvidos”, o purgatório dos “em desenvolvimento” e o céu dos “desenvolvidos”.

Já em sua época, Marx (1988: 181) identificou os primeiros embriões dessa crença, caracterizando-a como uma *teodicéia econômica*, um conjunto de argumentos que, diante da presença do mal no mundo, procura defender e justificar a onipotência do capital, contra aqueles que, em vista de tal dificuldade, duvidam do seu poder de resolução. É precisamente contra este tipo de argumento que o presente artigo se dirige, ou seja, contra aquelas teorias que projetam uma imagem de futuro desta sociedade na qual o desenvolvimento é capaz de mitigar mazelas de diversos tipos. Dividido em três subseções, o artigo tem como objetivo precípuo apresentar os aspectos essenciais das teorias do desenvolvimento sob inspeção (principais veiculadoras da *teodicéia econômica*), com especial atenção aos seus antecedentes e pressupostos fundamentais (que permitem delimitar a perspectiva ontológica, ou visão de mundo, compartilhada pelas teorias). A *crítica dos pressupostos* – ou *crítica ontológica* – será apresentada de modo aproximado na forma de notas conclusivas.²

2. As Teorias do Desenvolvimento

O fenômeno “desenvolvimento econômico”, ou a sua ausência (“subdesenvolvimento”), engendra até os dias atuais um sem-número de diferentes interpretações – que, além de não se restringirem ao âmbito estritamente teórico, informam políticas econômicas em todo o mundo. Considerando a impossibilidade de abordar as incontáveis referências feitas à questão do desenvolvimento pelas teorias econômicas, o presente trabalho se restringirá às formulações mais representativas produzidas a partir dos anos 1940, período que coincide com o nascimento da *Economia do Desenvolvimento* como uma disciplina relativamente autônoma especificamente dedicada à temática.

² Cabe ressaltar desde logo que o tipo de exame crítico proposto busca seguir a estrutura da *crítica explanatória*, sistematizada por Roy Bhaskar (1979), e da *crítica ontológica*, apresentada pelo marxista húngaro György Lukács (1979). Além de serem aqui tratados como procedimentos críticos análogos, considera-se ambos congruentes com o método aplicado por Marx em diversos momentos de sua obra.

Este recorte, não arbitrário, intenta evitar um equívoco presente em grande parte das sistematizações e livros-textos, que confundem o nascimento da teoria do desenvolvimento com o próprio surgimento da ciência econômica.³ Passando em revista a evolução da análise econômica, é possível identificar leituras sobre o processo de desenvolvimento da sociedade nos primeiros economistas políticos e em diversos outros autores de extrema importância na construção do pensamento econômico – dentre os mais citados destacam-se Marshall, Schumpeter e Keynes, além de Marx que, por razões exploradas adiante, se diferencia substancialmente dos demais. Contudo, o fato de oferecerem uma imagem para o futuro da sociedade (seja ela positiva ou negativa) não permite afirmar que produziram teorias do desenvolvimento *stricto sensu*. O que a breve inspeção dessas leituras revela é que, algumas mais do que outras, serviram como fundamento para a posterior teoria do desenvolvimento.

2.1. Antecedentes teóricos e pressupostos ontológicos

Começando pelo período de formação da ciência econômica, observa-se que os autores voltavam suas atenções para a compreensão dos principais mecanismos de funcionamento da sociedade emergente (capitalista), que conduziam ao nunca antes visto crescimento da riqueza e avanço das forças produtivas do trabalho. Adam Smith, por exemplo, em sua *Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* (1996), explica o aumento da riqueza a partir de dois fatores básicos: aumento da produtividade (resultado não intencional do exercício da propensão à troca) e acumulação de capital (fruto da parcimônia privada). Como tendência, uma vez que as nações mais pródigas são agraciadas com o aumento da sua riqueza, os benefícios do

³ Paul Baran, por exemplo, defende esta tese em seu *A Economia Política do Desenvolvimento* (1957): “Lembramos que um grande interesse pelo problema do desenvolvimento econômico não constitui, de forma alguma, novidade sem precedente no campo da Economia Política. Desenvolvimento econômico foi o tema central da Economia clássica, como nos indicam o título e o conteúdo da obra pioneira de Adam Smith. Numerosas gerações de economistas, a despeito dos títulos que deram a suas obras, preocuparam-se, também, em analisar as forças determinantes do progresso econômico”. (Baran, 1984: 50). Mais recentemente, José Luiz Fiori deu tratamento semelhante à questão: “Não é necessário ser materialista para reconhecer a importância decisiva que teve o avanço das forças produtivas promovido pelo capitalismo industrial no surgimento da consciência do desenvolvimento e de todas as utopias ligadas à idéia de progresso material e homogeneização social. Não é casual que tenha sido só naquele contexto peculiar ao mundo europeu que tenha nascido uma ciência voltada exclusivamente para a investigação da natureza e causas da riqueza das nações. Uma ‘economia política’ que, ao explicar o movimento de longo prazo da acumulação do capital, transformou-se na primeira versão naquilo que mais tarde se chamou – talvez tautologicamente – de ‘economia do desenvolvimento’”. (Fiori, 1999: 14). Interessante notar que, da forma como posto por Baran e Fiori, é possível caracterizar qualquer teoria que ofereça uma leitura sobre a dinâmica do funcionamento da sociedade como *teoria do desenvolvimento* (inclusive as situadas fora do campo da Economia).

desenvolvimento se espalham através de um movimento gradual e harmonioso para as outras regiões do globo, bastando apenas para tanto que seja garantida a liberdade de mercados.⁴

Certamente não constitui objetivo explícito dos *Princípios de Economia* de Alfred Marshall discutir o problema do desenvolvimento econômico – apesar da publicação da sua obra em 1890 coincidir com a etapa final do período conhecido na historiografia econômica como a Primeira Grande Crise do capitalismo.⁵ Essa aparentemente “curiosa” insensibilidade de Marshall aos problemas econômicos da época é, no entanto, perfeitamente compreensível: conhecido por oferecer a mais acabada e autêntica sistematização dos resultados teóricos da “revolução” marginalista, Marshall fundamentalmente reconstrói a imagem da sociedade do *laissez-faire*, isto é, a sua caracterização como reino da permanente plétora e harmonia social, abalada pelas recorrentes crises do século XIX e pela “ameaça” da revolução comunista.⁶ Ainda assim, ao menos em uma seção dedicada especificamente ao *crescimento da riqueza* (Livro IV – capítulo 7), Marshall concilia a reflexão marginalista com o argumento smithiano de que o crescimento da riqueza depende diretamente da ampliação da capacidade de acumulação. Assim como em Smith, Marshall conclui que, além da alocação ótima de recursos, a liberdade de mercados conduz ao bem-estar coletivo.

Caminhando no sentido contrário à relativa marginalização da discussão sobre desenvolvimento produzida pela ascensão do pensamento neoclássico ao posto de ortodoxia, Schumpeter publica, em 1911, uma de suas mais importantes obras: *A Teoria do*

⁴ Ao contrário do que normalmente se imagina, Smith não propõe uma supressão absoluta do Estado, e nem mesmo do protecionismo. Como consta no Livro V da *Riqueza das Nações*, o Estado liberal smithiano possui ao menos quatro funções principais: (i) garantir a defesa nacional; (ii) administrar o sistema judiciário; (iii) manter instituições e recursos públicos (especialmente aqueles destinados a facilitar o comércio da sociedade e ligados à educação de jovens e instrução dos indivíduos em geral); (iv) manter a dignidade do soberano.

⁵ Apesar de não ser possível afirmar com precisão o início e o término de um evento como este, a Primeira Depressão é usualmente situada entre os anos de 1873 e 1896. Para mais, ver Hobsbawm (1988) e Arrighi (1996).

⁶ Importante notar que a ciência econômica que se forma a partir da revolução marginalista, herdeira da chamada *economia vulgar* (termo utilizado por Marx como contraponto à *economia política* dos autores clássicos), adquire um acento notadamente *conservador*. Quando a disputa entre aristocracia e burguesia dá lugar ao confronto entre burguesia e classe trabalhadora, trata-se de defender a manutenção desta sociedade contra qualquer pretensão revolucionária. Sobre este argumento, ressalta Duayer (2001: 19): “Quanto mais se desenvolve o modo de produção capitalista, mais a economia política converte-se em ciência do capital. Quanto mais o capital se torna a relação social predominante, menos crítica se torna a economia política. Quanto mais a luta de classes muda o eixo, e a luta não é mais contra a aristocracia mas contra o proletariado, mais a economia política assume a naturalização das relações capitalistas [...] e, em consequência, menos crítica é e tem de ser. Assim, salienta Marx, quando a classe trabalhadora passa a ser o adversário exclusivo, não importa mais à economia política a questão da verdade. Enquanto ciência, substitui a verdade de suas proposições por sua utilidade, utilidade para o capital. Para colocá-lo em termos contemporâneos, a partir daquele instante o que importa é a adequação empírica dos teoremas, das proposições, e não a sua verdade. Ou a sua performance retórica, sua capacidade de persuasão. A sua plausibilidade, pode-se dizer, desvanece diante de sua eficácia no plano prático-operatório”.

Desenvolvimento Econômico. Propondo uma superação da “análise estática”, predominante entre as teorias econômicas do período, o trabalho tem como principal objetivo explicar os mecanismos da mudança econômica “espontânea e descontínua”, que gera “perturbações duradouras” no estado de equilíbrio previamente existente.⁷ Estes processos “revolucionários” dependem da atuação de três elementos-chave: nova combinação dos meios de produção, crédito e, “embora os três elementos formem um todo, o terceiro pode ser descrito como *o fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico*. Chamamos ‘empreendimento’ à realização de combinações novas; chamamos ‘empresários’ aos indivíduos cuja função é realizá-las”. (Schumpeter, 1997: 83) Note-se o papel central do *empresário inovador*, reconhecido como o agente econômico responsável pela introdução de novos produtos no mercado, seja por meio da combinação mais eficientes dos fatores de produção ou pela aplicação de alguma inovação tecnológica.

Apesar de não conter, como na teoria crítica de Schumpeter, uma referência tão explícita ao problema do desenvolvimento, a publicação, em 1936, da *Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda* por John Maynard Keynes parece ter tido influência ainda mais decisiva sobre o debate (isso porque, como se verá adiante, o período de nascimento e auge da Economia do Desenvolvimento coincide com o período de hegemonia keynesiana na ciência econômica). Usualmente tomada como um marco do declínio da perspectiva liberal e ascensão do intervencionismo, a teoria de Keynes surge num momento em que parecia difícil sustentar a fé inabalável no poder dos mercados.⁸ Nesse contexto, Keynes propõe uma ruptura radical com os principais preceitos e postulados da escola “clássica” (especialmente com a Lei de Say, e sua noção de equilíbrio a pleno emprego dos fatores de produção) e se apresenta, no plano prático mais imediato, como uma alternativa teórica capaz de oferecer mecanismos de auxílio ao funcionamento do sistema capitalista em seus períodos de depressão.

Finalmente, uma leitura para o processo de desenvolvimento da sociedade – não mencionada até o presente momento por se situar fora dos marcos da Economia – é oferecida por

⁷ Nas palavras do autor: “[...] a análise ‘estática’ não é apenas incapaz de predizer as conseqüências das mudanças descontínuas na maneira tradicional de fazer as coisas; não pode explicar a ocorrência de tais revoluções produtivas nem os fenômenos que as acompanham. Só pode investigar a nova posição de equilíbrio depois que as mudanças tenham ocorrido. *Essa ocorrência da mudança ‘revolucionária’ é justamente o nosso problema, o problema do desenvolvimento econômico num sentido muito estreito e formal*”. (Schumpeter, 1997: 73/74, grifos nossos)

⁸ Passada a *Primeira Grande Depressão* anteriormente mencionada e o período subsequente de relativa prosperidade conhecido na historiografia como *Belle Époque*, o capitalismo oferece mais uma prova da sua incontrolabilidade por meio da também conhecida *crise de 1929*. Para mais sobre a crise e seu impacto sobre a ideologia liberal, ver Hobsbawm (1995) e Medeiros (2007: 155).

Karl Marx, que assume a crítica à ciência econômica como primeiro e fundamental passo da crítica à sociedade burguesa. Em sua análise, Marx desvenda as principais estruturas e leis econômicas da sociedade capitalista, formando a partir daí uma imagem do funcionamento e do futuro desta sociedade muito diversa daquela oferecida pelas diversas teorias econômicas. Considerando a impossibilidade de recompor em detalhes o argumento elaborado por Marx, nos limitaremos a registrar que a interpretação da teoria marxiana a obter maior circulação nos meios acadêmicos e nos debates políticos, servindo como fundamento para uma série de formulações posteriores, parte justamente da incompreensão sobre o *caráter tendencial das leis sociais*.⁹ Recorrentemente imputa-se às legalidades desvendadas por Marx um *determinismo economicista*, como se, para o autor, a história humana fosse uma sucessão de modos de produção, movida pelas contradições que se estabelecem entre *forças produtivas e relações de produção*, ou entre *base econômica e superestrutura*.¹⁰

Além da exposição dos principais antecedentes teóricos, o tipo de crítica que se pretende desenvolver e a diversidade das teorias sob inspeção exige ainda a identificação de alguns elementos (ou pressupostos) que estabelecem as unidades e diferenças (ou sua unidade na diferença) e são fator fundamental na determinação da leitura da sociedade capitalista veiculada por cada teoria ou conjunto teórico. Isso porque, o grau de adesão a estes pressupostos possibilita identificar a filiação teórica e delimitar o campo ou perspectiva ontológica.

Seguindo a taxonomia proposta por Hirschman (1982), pode-se dizer que as teorias do desenvolvimento se diferenciam pela aceitação ou rejeição de dois pressupostos básicos: pressuposto da *teoria monoeconômica* e pressuposto de *benefícios mútuos*. Enquanto o primeiro pressuposto afirma a existência de apenas uma teoria econômica de validade universal, ou seja, aplicável a todos os lugares do mundo, o pressuposto dos benefícios mútuos diz que as relações

⁹ Como se trata de um modo de produção que se movimenta de maneira dialética, vê-se que as mesmas estruturas sociais geram determinadas tendências e também contra-tendências, que atuam em sentido oposto, sem que com isso se apague a legalidade em seu movimento. Em outras palavras, o fato de uma lei não se verificar em determinado momento do tempo não contradiz sua existência, assim como o voo dos pássaros não contradiz a lei da gravidade. Como destaca Lukács (1979: 64): “[...] a tendencialidade, enquanto forma fenomênica necessária de uma lei na totalidade concreta do ser social, é consequência inevitável do fato de que nos encontramos aqui diante de complexos reais que interagem de modo complexo, freqüentemente passando por amplas mediações, com outros complexos reais; a lei tem caráter tendencial porque, por sua própria essência, é resultado desse movimento dinâmico-contraditório entre complexos”. Especificamente sobre as leis capitalistas, ressalta Marx (1974: 183): “[...] em toda a produção capitalista a lei geral só se impõe como a tendência dominante de maneira aproximativa e muito baralhada, transparecendo em média móvel de flutuações eternas”.

¹⁰ Uma síntese desta leitura, e das principais controvérsias por ela suscitada, pode ser vista em Harris (1983).

econômicas entre os diferentes países (especialmente aquelas entre desenvolvidos e subdesenvolvidos) podem ser estabelecidas de modo a assegurar ganhos para ambos.¹¹

Pode-se dizer que muitas teorias do desenvolvimento, especialmente as produzidas no momento inicial, partem do reconhecimento da inaplicabilidade da monoeconomia ortodoxa às áreas subdesenvolvidas, ou seja, do entendimento de que os países subdesenvolvidos formam um grupo *sui generis* – donde se deriva a necessidade de produzir um “novo” instrumental de compreensão e atuação sobre a “nova” realidade.¹²

Sobre o pressuposto de benefícios mútuos imperam, no entanto, maiores controvérsias: enquanto parte das formulações se destaca pela aceitação da teoria ricardiana do comércio internacional, outras utilizam como ponto de partida justamente a crítica à teoria das vantagens comparativas. Deste ponto desdobra-se outra controvérsia importante, a saber, aquela a respeito do papel do Estado, seja na explicação do subdesenvolvimento ou nas possibilidades de sua superação. Sobre estes fatores acima elencados, ressalta Fiori:

Se todos os teóricos do desenvolvimento compartilharam a necessidade de uma teoria específica para as economias dos países atrasados, nunca estiveram de acordo com relação à teoria de Ricardo sobre as vantagens comparativas no comércio internacional, nem tampouco sobre a identificação e hierarquização dos “fatores internos” que poderiam ser os grandes obstáculos ou estímulos ao desenvolvimento das economias atrasadas. E se todos compartilharam igualmente a defesa do intervencionismo estatal, jamais estiveram de acordo sobre a natureza hierárquica e competitiva da ordem política e econômica internacional. (Fiori, 1999: 25).

Além do posicionamento diante dos dois pressupostos acima apresentados e do debate a respeito do papel do Estado, um quarto elemento é capaz de distinguir as teorias do desenvolvimento: a forma como incorporam em suas formulações o caráter histórico da sociedade, vislumbrando a possibilidade efetiva de um desenvolvimento para além do

¹¹ De acordo com Hirschman (1982: 7) a aceitação desses dois pressupostos caracteriza a postura ortodoxa convencional: “A postura ortodoxa sustenta as duas proposições seguintes: a) a teoria econômica consiste em diversos teoremas simples, mas importantes, por terem validade universal: há apenas uma Economia (“da mesma forma que há apenas uma Física”); b) um desses teorias é o que afirma que, numa economia de mercado, os ganhos se estendem a todos os participantes, sejam estes indivíduos ou países, a partir dos atos voluntários da relação econômica (“pois, de outra forma, estes não teriam interesse em participar destas transações”).”

¹² Por partir de uma crítica a um dos postulados da ortodoxia neoclássica e ter surgido num momento de predomínio de teorias de inspiração keynesiana, é bastante usual a identificação da Economia do Desenvolvimento com a teoria keynesiana. Como ressalta Hirschman: “A Economia do Desenvolvimento tirou partido do descrédito sem precedentes da economia ortodoxa, como resultado da depressão dos anos trinta e do ataque igualmente inédito à ortodoxia, proveniente do próprio *establishment* econômico. Refiro-me naturalmente à Revolução Keynesiana da década de 1930, que se tornou a ‘nova economia’ e quase uma nova ortodoxia nas décadas de quarenta e cinquenta”. (Hirschman, 1982: 9) Interessante notar, no entanto, que a “nova ortodoxia” keynesiana de que fala Hirschman é também, em grande medida, monoeconômica: enquanto a teoria ortodoxa é válida apenas para as situações de pleno emprego, a Teoria Geral de Keynes se pretende de “validade universal”.

capitalismo. Como se verá adiante, dentre as teorias de maior circulação no campo da Economia, este reconhecimento é quase uma exclusividade das teorias críticas produzidas nos anos 1960/1970, que absorvem diversos elementos da tradição marxista.

2.2. As teorias do desenvolvimento no auge da disciplina e do capitalismo (1940-70)

O surgimento de um campo específico na Economia voltado exclusivamente para a temática do desenvolvimento, que permite aos historiadores do pensamento econômico registrar o nascimento de uma nova disciplina – a *Economia do Desenvolvimento* –, data apenas dos anos 1940 e 1950. Apesar da referência mais imediata ao “*desenvolvimento*”, o aspecto que distingue estas teorias é, na realidade, a preocupação com o “*subdesenvolvimento*”. Utilizando como fundamento teórico, cada qual a seu modo, as formulações acima mencionadas – clássica, neoclássica, schumpeteriana, keynesiana e marxiana –, as teorias de desenvolvimento agrupam-se em torno de um propósito comum: explicar e propor saídas à condição do subdesenvolvimento (ao diagnóstico segue-se a prescrição).¹³

Dentre as teorias mais significativas produzidas nos primórdios da Economia do Desenvolvimento, destacam-se os modelos de crescimento de Harrod (1939) e Domar (1946) e o trabalho pioneiro de Rosenstein-Rodan publicado em 1943, *Problemas de Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental*. De inspiração diretamente keynesiana (embora um tanto heréticos), estes modelos exercem grande influência sobre as teorias do desenvolvimento, especialmente a noção de *crescimento equilibrado*¹⁴. No modelo de Harrod, a dificuldade de alcançar e sustentar, em condições de livre mercado, uma trajetória de crescimento equilibrado se expressa em *dois problemas fundamentais*. Enquanto o *primeiro problema de Harrod* diz que, ainda que o crescimento estável a pleno emprego seja possível, é altamente improvável, o *segundo* afirma que desvios da trajetória de equilíbrio (dinâmico), longe de serem autocorretivos,

¹³ Vale destacar que, se o nascimento das primeiras teorias do desenvolvimento esteve ligado ao quadro sombrio do imediato pós-guerra, a sua proliferação foi significativamente estimulada pelo período de prosperidade e expansão subsequente, conhecido como *Era de Ouro* do capitalismo. (Glyn et al, 1990)

¹⁴ Nos termos de Harrod, só há crescimento equilibrado quando a taxa verdadeira de crescimento (*actual rate of growth*) coincide com a taxa garantida (*warranted rate of growth*), esta última entendida como “[...] a taxa de crescimento que, se ocorrer, satisfará todas as partes envolvidas, de maneira que não produzirão nem mais nem menos do que o montante correto. Ou, para dizê-lo de outra maneira, ela vai colocá-los em um estado de espírito que os levará a tomar decisões no sentido da manutenção do mesmo ritmo de crescimento”. (Harrod, 1939:16, tradução nossa)

são cumulativos de fato. (Harrod, 1939:23) Mesmo no longo prazo, o sistema econômico é, na melhor das hipóteses, equilibrado sobre um *fio de navalha* de crescimento equilibrado.

Em contraste com a posição de Harrod-Domar, tanto a teoria de Rosenstein-Rodan, quanto o trabalho publicado uma década mais tarde por Ragnar Nurkse (1953 – *Alguns Aspectos Internacionais do Desenvolvimento Econômico*), apresentam a busca pelo “improvável” crescimento equilibrado como solução para o problema do subdesenvolvimento. Para Rodan, a superação do subemprego rural (característico das economias subdesenvolvidas) passa pela adoção de uma estratégia de industrialização integrada, que insira a região na economia mundial, preservando as vantagens da divisão internacional do trabalho. (Rosenstein-Rodan, 1969: 253) Além do respeito aos desígnios das vantagens comparativas, o sucesso da estratégia depende, em primeiro lugar, do treinamento e habilitação da mão-de-obra (que permita transformar camponeses em trabalhadores industriais), e, em segundo lugar, do planejamento em grande escala que possibilite a criação de um sistema de indústrias complementares (especialmente aquelas que produzem a maioria dos bens adquiridos com salários).¹⁵ Em ambos os casos, cabe ao Estado atuar onde o setor privado não encontra estímulo.

Com uma abordagem bastante similar e inspirada no antecessor, Nurkse apresenta a formação de capital como o fator capaz de diferenciar países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Esta formação de capital estaria sujeita à ação de forças circulares que mantêm as economias em um “estado de equilíbrio de subdesenvolvimento”¹⁶ – mecanismo conhecido como *círculo vicioso da pobreza*.¹⁷ O rompimento com o círculo vicioso da pobreza, que conduziria a

¹⁵ Em defesa da criação de uma ampla unidade de investimento, característica do crescimento equilibrado, afirma o autor: “[...] a criação planejada de um sistema de indústrias complementares desse tipo reduziria o risco de insuficiência da procura e, visto que o risco pode ser considerado um custo, reduziria os custos”. (Rosenstein-Rodan, 1969: 256) Como, para Rodan, nos países subdesenvolvidos é mais fácil prever a demanda da população, também o planejamento em larga escala se vê facilitado.

¹⁶ Mais uma vez é possível perceber a influência da teoria keynesiana sobre estes trabalhos: assim como Keynes havia elaborado uma teoria do equilíbrio macroeconômico em condições de desemprego, o círculo vicioso da pobreza consiste também em um estado de equilíbrio que pode prevalecer sob condições de subemprego generalizado.

¹⁷ Exemplificando essa concepção de “círculo vicioso da pobreza” diz Nurkse (1957: 7): “um homem pobre não tem o bastante para comer; sendo subalimentado, sua saúde é fraca; sendo fisicamente fraco, sua capacidade de trabalho é baixa, o que significa que ele é pobre, o que, por sua vez, quer dizer que não tem o bastante para comer; e assim por diante. Tal situação, transposta para o plano mais largo de um país, pode ser resumida nesta proposição simplória: um país é pobre porque é pobre”. A respeito dessa passagem, pode-se observar que a caracterização do pobre como o indivíduo cuja condição econômica impõe um padrão de vida que excede em pouco os requisitos da mera reprodução biológica subentende a noção de que qualquer elevação das condições materiais para além deste mínimo livra o indivíduo da condição de pobreza. Esse entendimento da condição de pobreza é bastante distinto daquele oferecido, por exemplo, por Smith, que percebe a condição de pobreza *necessariamente* como uma condição relativa, e também

economia a um estado de crescimento equilibrado, dependeria, exatamente como na formulação de Rodan, de uma estratégia de desenvolvimento conhecida como “grande impulso” (ou *big push*), possível apenas no momento em que ocorresse um aumento generalizado de produtividade.

Ainda que semelhante na proposta, Nurkse, por um lado, acredita que a defesa do crescimento equilibrado, ao implicar diversificação da economia doméstica, rompe em parte com a teoria das vantagens comparativas. Por outro, este autor é bem menos definitivo a respeito dos meios para atingir o desenvolvimento – se obtido através da participação do Estado ou deixado ao sabor das forças do mercado, ou seja, dos empresários. Em suas palavras: ser “o crescimento equilibrado sustentado por planejamento governamental ou levado a cabo espontaneamente pela empresa privada é, no final das contas, questão de método”.¹⁸ (Nurkse, 1969: 265)

Apesar da repercussão que tiveram estes primeiros trabalhos, pode-se dizer que a ênfase no subemprego rural como característica principal do subdesenvolvimento encontrou sua expressão mais efetiva no trabalho de Arthur Lewis intitulado *Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-obra*, de 1954. Diferentemente dos teóricos anteriores, Lewis argumenta que, enquanto no sistema da economia keynesiana há subemprego dos diversos fatores de produção, em uma situação de subdesenvolvimento somente a mão-de-obra é excedente. Se o contingente populacional não oferece, portanto, nenhuma restrição objetiva ao crescimento, o “problema do desenvolvimento econômico” é a escassez de capital.¹⁹ Dando seqüência, Lewis demonstra que se a oferta de capital depende da poupança, o problema pode ser resolvido com alteração na distribuição da renda em benefício da classe poupadora – isto é, da classe capitalista.²⁰

por Marx (2002: 200/201) em sua famosa análise do valor da força de trabalho, que, além dos fatores físicos, é definido a partir de fatores histórico-culturais.

¹⁸ Mais que isso, segundo Nurkse (1957: 20) “O economista, como técnico, não tem imperativos categóricos a levantar sobre o assunto. O próprio Jeremy Bentham, um dos campeões do liberalismo do século XIX, mantinha a esse respeito um ponto de vista relativo. Diz Bentham: ‘A intervenção do Estado depende da extensão do poder, do povo, e sua capacidade e inclinação e, portanto, de sua iniciativa espontânea, o que varia em cada país’”.

¹⁹ Para o autor, a noção de que existe oferta ilimitada de mão-de-obra a salários de subsistência e que, portanto, o crescimento da riqueza depende da acumulação de capital, é plenamente compatível com a teoria clássica, utilizada explicitamente como fundamento da sua formulação. Como consta na frase de abertura: “Este artigo foi escrito segundo a tradição clássica, aceitando suas suposições e formulando suas questões”. (Lewis, 1969: 406) E mais adiante: “O propósito desse artigo é, portanto, o que se pode aproveitar do marco clássico para resolver os problemas da distribuição, acumulação e crescimento, em primeiro lugar numa economia fechada e, depois, numa economia aberta”. (Ibid: 407)

²⁰ Não é preciso muito para imaginar o desfecho do argumento: se, como se sabe, pouca ou nenhuma poupança é feita pelos trabalhadores assalariados, esta se torna tarefa quase exclusiva dos verdadeiros *heróis sociais*, os

Outra contribuição no campo da Economia do Desenvolvimento, importante na consolidação da disciplina, foi oferecida por Walter Rostow, especialmente com a publicação, em 1952, de sua principal obra, *As Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não-comunista*. Neste livro, partindo de uma generalização da História moderna, Rostow chega a um conjunto de etapas de desenvolvimento: a “sociedade tradicional”, as “pré-condições para o arranco”, o “arranco”,²¹ a “marcha para a maturidade”, e, por fim, a “era de consumo em massa”. De acordo com esta concepção, usualmente intitulada *etapista*, qualquer formação social pode ser encarada como parte integrante de algum estágio deste mesmo processo evolutivo, no qual o desenvolvimento não passa de uma ordem natural a ser alcançada por todas as sociedades.²² As diferenças econômicas são, portanto, entendidas como diferenças temporais, hierarquizadas em uma escala evolutiva. A pretensão de universalidade envolvida nesta concepção do desenvolvimento é enfatizada por diversos críticos, dentre os quais se pode citar Fiori:

Rostow no seu célebre “manifesto não comunista” retoma e vulgariza a visão neoclássica de desenvolvimento como um processo natural, progressivo e linear de transição por etapas das sociedades atrasadas ou tradicionais em direção a uma modernidade eurocêntrica. Uma fórmula universalmente válida e capaz de orientar a ação de todos os planejadores estatais competentes. (Fiori, 1999: 27)

A teoria do desenvolvimento acima apresentada recebeu inúmeras críticas, dentre as quais obtiveram grande repercussão as oferecidas por Gunnar Myrdal e Albert Hirschman. Em seu livro *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*, publicado em 1957, Myrdal apresenta a tese da *causação circular acumulativa*, buscando demonstrar que, se não controlado, o processo de mudanças sociais tende a provocar desequilíbrios crescentes.²³ Assim, ao contrário da produção

proprietários, remunerados por lucros e rendas. Nas palavras do autor: “Praticamente toda a poupança provém daqueles que têm lucros ou rendas. [...] Se a poupança nos interessa, devemos concentrar nossa atenção nos lucros e nas rendas”. (Lewis, 1969: 423) E na sequência: “Para nossa finalidade não importa que os lucros sejam ou não distribuídos; a principal fonte de poupança são os lucros e se verificamos que a poupança está aumentando em proporção à renda nacional podemos ter certeza que isso se dá porque está aumentando a participação dos lucros na renda nacional”. (Ibid, ibidem) Sem muita cerimônia, Lewis encerra o argumento demonstrando que a distribuição da renda em benefício de poupadores é tanto mais possível quanto menores os salários, ou seja, quanto mais os níveis salariais de subsistência se estendem para a totalidade do sistema.

²¹ Note-se que esta etapa, também conhecida como “decolagem” (ou *take-off*), é bastante similar ao *big push* de Rodan e Nurkse.

²² A teoria de Rostow oferece um exemplo claro de aceitação do primeiro pressuposto: teoria monoeconômica.

²³ Em uma tentativa de melhor ilustrar a noção de causação circular, o autor recorre a um estudo seu sobre a situação dos negros norte-americanos: “Em sua forma mais simples, o modelo explanatório se reduz a dois fatores: ‘o preconceito do branco’, que causa a discriminação contra os negros em vários aspectos, e o ‘baixo padrão de vida da população negra’. Esses dois fatores se relacionam mutuamente; o baixo padrão de vida dos negros é mantido pela discriminação dos brancos, enquanto, por outro lado, a pobreza, a ignorância, a superstição, as más condições de habitação, as deficiências sanitárias, a sujeira, o mau cheiro [sic], a indisciplina, a instabilidade das relações

de um crescimento equilibrado, o que constantemente se evidenciaria no jogo das forças econômicas é a emergência de um *crescimento desequilibrado*. Sobre este aspecto, ressalta Myrdal:

A idéia que pretendo expor é a de que, ao contrário, em geral não se verifica essa tendência à auto-estabilização automática no sistema social. O sistema não se move, espontaneamente, entre forças, na direção de um estado de equilíbrio, mas, constantemente, se afasta dessa posição. Em geral, uma transformação não provoca mudanças compensatórias, mas, antes, as que sustentam e conduzem o sistema, com mais intensidade, na mesma direção da mudança original. Em virtude dessa causação circular, o processo social tende a tornar-se acumulativo e, muitas vezes, a aumentar, aceleradamente, sua velocidade. (Myrdal, 1965: 34)

A despeito desta tendência natural ao desequilíbrio, um equilíbrio “não-natural” poderia ser encontrado, mesmo que apenas momentaneamente, se forças exógenas agissem no sentido da estabilidade. Este seria, precisamente, o papel a ser desempenhado pelo Estado: impedir, ainda que temporariamente, a continuidade desta tendência através da coordenação e planejamento, proteção do mercado interno e das indústrias nascentes.

Uma idéia semelhante pode ser encontrada no trabalho de Hirschman (1958 – *A Estratégia de Desenvolvimento Econômico*) que, oferecendo um contraponto direto ao trabalho de Lewis, procura generalizar o diagnóstico do subemprego como traço característico do subdesenvolvimento. E apesar de ter se aproximado com isso do sistema keynesiano, Hirschman argumenta que os procedimentos keynesianos são inadequados para se ativar os recursos ociosos, defendendo, assim como Myrdal, uma estratégia de *crescimento desequilibrado*. (Hirschman, 1982: 11)

Além das teorias acima mencionadas, produzidas de modo relativamente independente nos grandes centros acadêmicos, outra referência importante no debate foi a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL)²⁴, fundada em 1948 como uma agência regional da Organização Nações Unidas (ONU). Apesar do foco na formulação de propostas que orientassem os *policy-makers* da região, a CEPAL terminou por produzir um entendimento particular a respeito das causas do subdesenvolvimento, consolidado e refinado durante as décadas seguintes,

familiares e a criminalidade dos negros estimulam e alimentam a antipatia dos brancos”. (Myrdal, 1965: 38). Vale notar que a suposta “causação” acumulativa explica, no máximo, um aspecto do processo de *reprodução* de condições previamente causadas. Caso contrário, seria preciso imaginar que os brancos e negros encontram-se em disparidade de condições por sua própria natureza (isto é, brancos teriam nascido ricos e cheirosos e os negros pobres e mau-cheirosos).

²⁴ A partir de 1984, Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

mas cujo cerne ganha publicidade já no seu primeiro documento de grande repercussão: *Estudio Económico de la América Latina, 1949*.²⁵

Partindo de uma análise dos fatores histórico-estruturais que condicionam as possibilidades de ação dos países latino-americanos,²⁶ a CEPAL explica o subdesenvolvimento fundamentalmente a partir dos conceitos de “centro-periferia” (capaz de diferenciar as estruturas sócio-econômicas), do processo de difusão do progresso técnico e distribuição dos ganhos entre os diferentes países. Sobre este último ponto (difusão e distribuição dos ganhos do progresso técnico), sua formulação constitui uma crítica direta à teoria ricardiana das vantagens comparativas, segundo a qual os benefícios da divisão internacional do trabalho se estenderiam a todos os países (contra o pressuposto dos benefícios mútuos). Como afirma Prebisch:

[...] ele se baseia numa premissa que é terminantemente desmentida pelos fatos. Segundo essa premissa, o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade, seja através da queda dos preços, seja através do aumento correspondente da renda. Mediante o intercâmbio internacional, os países de produção primária conseguem sua parte desse fruto. Sendo assim, não precisam industrializar-se. Ao contrário, sua menor eficiência os faria perderem irremediavelmente os benefícios clássicos do intercâmbio. (Prebisch, 2000: 71)

Contra esta concepção, o argumento defendido pela CEPAL, mais conhecido como a *tese da deterioração dos termos de troca*, afirma que essa suposta transferência de ganhos não se efetiva. Ao contrário, o que se observaria normalmente é uma transferência dos ganhos de produtividade das regiões atrasadas para as regiões desenvolvidas, promovendo disparidades crescentes, ao invés de homogeneização da produção e apropriação da riqueza mundial. Dessa forma, o processo de desenvolvimento do capitalismo mundial geraria, por um lado, países ricos e, por outro, países pobres, centros e periferias desse mesmo sistema.

Também em sintonia com as demais teorias do desenvolvimento, a saída para essa situação, segundo a CEPAL, só pode ser encontrada no processo de industrialização:

Daí a importância fundamental da industrialização dos novos países. Ela não constitui um fim em si, mas é o único meio de que estes dispõem para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas. (Prebisch, 2000: 72)

²⁵ A seção introdutória do documento, escrita por Raul Prebisch (2000), que ganhou circulação independente sob o título *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Principais Problemas*, será aqui utilizada como referência do pensamento cepalino do período.

²⁶ Como ressalta Bielchowsky (2000: 21), este método de análise, usualmente intitulado “histórico-estruturalista”, se tornou uma das marcas distintivas do pensamento da CEPAL.

Em parte como um reflexo mais imediato dos primeiros sinais de esgotamento da estratégia de industrialização na América Latina, surge na década 1960 um importante grupo teórico, heterogêneo no seu conteúdo, mas que guarda como unidade a dívida com a teoria marxista do imperialismo.²⁷ Estas que ficaram conhecidas como *teorias da dependência* dividem-se em três grandes vertentes: a primeira, de declarada orientação marxista, descendente direta da tradição leninista da teoria do imperialismo, é inaugurada com os trabalhos de André Gunder Frank (*Capitalismo e Subdesenvolvimento na América Latina*, de 1967), Theotônio dos Santos (*A Estrutura da Dependência*, 1970) e Ruy Mauro Marini (*Dialética da Dependência*, de 1972); a segunda vertente, formada dentro da própria CEPAL, possui como principais representantes Anibal Pinto (*Chile, um caso de desenvolvimento frustrado*, de 1962), Celso Furtado (*Subdesenvolvimento e estagnação*, de 1966) e Oswaldo Sunkel (*Mudança social e frustração no Chile*, de 1965); e a terceira, comumente caracterizada como a vertente weberiana da teoria da dependência, foi elaborada a partir do trabalho pioneiro de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, de 1970).

Seguindo a tradição estruturalista, as diferentes teorias da dependência entendem que o sistema econômico mundial, por sua própria constituição, produz desenvolvimento para alguns às custas do subdesenvolvimento de outros. As maiores divergências surgem quando da postura adotada pelas vertentes diante desta constatação: enquanto para o primeiro grupo a única saída é a superação mesma do modo de produção capitalista, “[...] as duas outras vertentes da escola não viram na dependência um fator externo que explicasse definitivamente o atraso nem condenasse os países ao eterno subdesenvolvimento”. (Fiori, 1999: 32)

Mesmo nas duas últimas vertentes, no entanto, a possibilidade concreta de superação do capitalismo é ao menos cogitada. Isso torna possível o juízo de que as teorias da dependência em seu conjunto são as primeiras teorias do desenvolvimento propriamente ditas que, de fato, incorporam em suas formulações o caráter histórico da sociedade do capital. Claro que, na medida em que inseridas no contexto do mundo bipolarizado do pós-guerra, todas as teorias mencionadas até o presente momento tiveram que lidar, em maior ou menor grau, com a existência de um projeto alternativo de sociedade – em alguns casos, inclusive, o projeto de desenvolvimento nos marcos do capitalismo é explicitamente contraposto ao desenvolvimento

²⁷ Aqui a referência mais imediata é especialmente às obras de Hilferding (1985), Luxemburg (1985), Lênin (1983) e Bukharin (1986) e às releituras produzidas nas décadas de 1940 e 1950 por Paul Baran (1984) e Paul Sweezy (1983).

socialista (nada mais emblemático que o *manifesto não-comunista* de Rostow). Ainda assim, à exceção das teorias da dependência, todas tomam o capitalismo como pressuposto inquestionável de suas formulações.

2.3. As teorias do desenvolvimento no contexto da crise (1970-?)

Se o período de auge da Economia do Desenvolvimento coincide com um dos períodos de maior prosperidade da economia mundial, não causa espanto que a crise dos anos 1970,²⁸ aliada à posterior ruína do socialismo real, tenha se refletido em uma crise para a disciplina, seguida de substantivas reorientações. Não por acaso, Albert Hirschman publica, em 1981, um artigo de grande repercussão intitulado *Ascensão e Declínio da Economia do Desenvolvimento*, com o intuito de compreender como a Economia do Desenvolvimento, em seu ponto de vista uma disciplina recente, mostrava já na década de 1980 sinais claros de esgotamento. Com propriedade, Hirschman (que, como visto, foi um importante teórico desse campo de estudo) afirma que “já não há mais o antigo ânimo, que estão cada vez mais raras as novas idéias e que a área não está se reproduzindo adequadamente”. (Hirschman, 1982: 5)

A primeira reorientação está relacionada à alteração mais profunda no próprio conceito de desenvolvimento. Com a constatação de que o processo de intensa industrialização do período anterior, além de produzir evidentes danos ambientais, não promoveu uma melhor distribuição de renda (entre indivíduos e nações), novas dimensões foram sendo progressivamente incorporadas à idéia de desenvolvimento, que se torna mais “fragmentada”: não bastaria mais falar naquele “desenvolvimento econômico” medido somente em termos da produção nacional (preferencialmente a produção *per capita*, incapaz de revelar as desigualdades distributivas) e que teria como meta diminuir as disparidades de renda entre as nações, mas de um desenvolvimento que é *sustentável* em sentido amplo, ou seja, um desenvolvimento baseado em uma sustentabilidade *física* (ecológica), *econômica* (de durabilidade ao longo do tempo) e *social* (inclusiva).

²⁸ A crise dos anos 1970, conhecida pela “inusitada” combinação de estagnação (baixo crescimento) e inflação, foi entendida por parte da literatura como resultado já esperado da aplicação do receituário keynesiano, e, num plano mais geral, representou a queda do keynesianismo e um ressurgimento da ideologia liberal (agora renovada e sob roupagem do *neoliberalismo*).

Além do surgimento das novas temáticas, o que se observa nas décadas de 1980 e 1990 é a construção de um “novo” projeto de desenvolvimento, que, dentre outras realizações, recupera os “velhos” argumentos clássico e neoclássico a favor da liberdade de mercados. Sistematizado na agenda do *Consenso de Washington*,²⁹ o projeto inclui dentre as principais propostas (reiteradas, a despeito de algumas mudanças marginais, na sua versão mais recente: o *Pós-Consenso*) a abertura comercial, desregulamentação e liberalização financeira e a mudança do papel do Estado na economia. Defende-se, basicamente, a implementação de reformas “pró-mercado”, que garantam a esta instituição o papel principal na alocação dos recursos econômicos. Seria, sobretudo, necessário garantir o saneamento das contas públicas (via corte de gastos, privatizações etc.) para criar um ambiente favorável aos investimentos e à lucratividade do setor privado. (Williamson, 1990).

O insucesso mais imediato desta estratégia de desenvolvimento, anterior à própria construção do “consenso”,³⁰ levou a uma primeira revisão do pensamento ortodoxo, segundo a qual o processo de abertura deveria ocorrer de acordo com uma seqüência ótima, constituída de cinco etapas: a reforma fiscal, visando à redução da rigidez nas taxas de juros, a liberalização financeira interna, a unificação do mercado cambial, abertura comercial e liberalização financeira externa. Vale notar que todas essas reformas deveriam ser precedidas por uma estabilização macroeconômica.³¹

As crises financeiras e cambiais da década de 1990, no entanto, exigiram uma nova reformulação. Nesta terceira fase, reconhece-se que a “seqüência das reformas é importante, porém é insuficiente e pode levar a instabilidades financeiras e crises cambiais”. (Carcanholo, 2004: 306). O ponto central desta reformulação foi a proposição de medidas que diminuíssem as “imperfeições de mercado” (responsáveis, segundo essa perspectiva, pelas instabilidades). Estas

²⁹ O termo *Consenso de Washington* foi cunhado pelo economista John Williamson, que publicou um documento (Williamson, 1990) sintetizando os principais resultados da reunião entre os membros dos organismos multilaterais, funcionários do governo americano e economistas desses países, ocorrida em Washington em 1989 (emblematicamente, ano exato da queda do muro de Berlim).

³⁰ Na América Latina, o caso chileno foi certamente o mais emblemático: após servir como primeiro laboratório para os experimentos neoliberais ainda na década de 1970 (seguido por Uruguai, Argentina e Brasil), o Chile enfrentou uma crise avassaladora em 1983. Um registro brilhante da relação entre o “tratamento de choque” implementado pelos “Garotos de Chicago” (regidos pelo maestro Milton Friedman) e os, não menos conhecidos, choques descarregados nos porões das ditaduras militares que se instalaram no mesmo período pelos países acima mencionados pode ser visto em Klein (2008).

³¹ Conforme destaca Carcanholo (2004: 303), “após a primeira fase em que o argumento ortodoxo de liberalização radical e do tratamento de choque não foram respaldados pelas experiências latino-americanas, a explicação convencional passou para um segundo momento em que se defendeu o argumento seqüencial”.

“reformas de segunda geração” (também conhecidas na literatura econômica sob o título de *Pós-Consenso de Washington*), não propõem uma reversão, mas uma espécie de gerenciamento e direcionamento dos efeitos da abertura comercial e da liberalização financeira externa.³²

Apesar da insistente hegemonia neoliberal nos meios acadêmicos, nas instituições promotoras do desenvolvimento e agências de fomento, assiste-se à tentativa de formulação de um “novo”-desenvolvimentismo que procura construir um programa alternativo ao projeto neoliberal resgatando elementos da tradição keynesiana, dominante entre os projetos de desenvolvimento dos anos 1950. Como registram alguns dos principais representantes dessa corrente:

O Novo-desenvolvimentismo tem diversas origens, entre as quais a visão de Keynes e de economistas keynesianos contemporâneos de complementaridade entre Estado e mercado e a visão cepalina neo-estruturalista que, tomando como ponto de partida que a industrialização latino-americana não foi suficiente para resolver os problemas de desigualdades sociais da região, defende a adoção de uma estratégia de “transformação produtiva com equidade social” que permita compatibilizar um crescimento econômico sustentável com uma melhor distribuição de renda. (Sicsú, Paula e Michel, 2005: 34)

Com o debate pautado, mais uma vez, em evidências empíricas, estes autores questionam o sucesso das políticas neoliberais na promoção do desenvolvimento. Em movimento semelhante ao da década de 1970, atribuem aos adversários a culpa pelo desempenho econômico pífio da maior parte das economias latino-americanas nas últimas décadas, e propõem um resgate do intervencionismo (certamente agora mais “responsável”).

Percebe-se, portanto, que, além da incorporação das novas temáticas (especialmente da equidade e da sustentabilidade) no debate sobre desenvolvimento como resultado mais imediato da crise dos 1970, a derrocada do “socialismo” real fez praticamente desaparecer as discussões sobre o caráter histórico do capitalismo e as possibilidades de pensar o desenvolvimento para além dos marcos desse modo de produção. O resultado é que, nas formulações mais recentes, o grau de confiança no poder dos mercados e do Estado passa a ser o alvo exclusivo das disputas. Ou seja, enquanto as teorias dominantes sustentam a precedência do irrestrito funcionamento do mercado sobre o dirigismo estatal (sem ignorar a eventual necessidade do Estado, especialmente na garantia do bom funcionamento dos mercados), as teorias heterodoxas defendem uma participação mais ativa do Estado (sem negar, no entanto, a importância do mercado forte). O

³² Um detalhamento destas reformas de segunda geração constitutivas do Pós-Consenso pode ser visto em Kuczynski e Williamson (2004).

debate, enfim, gira em torno do grau de intervenção do Estado necessário para objetivar a sociedade projetada pelas diferentes teorias do desenvolvimento.

Esta disputa foi evidentemente estimulada pela emergência da crise mais recente, diagnosticada por grande parte dos especialistas, e entendida pela opinião pública em geral, como uma “crise das finanças globais desregulamentadas”, como uma “crise da ausência de regulamentação e do Estado”. Acompanhando este diagnóstico, sugere-se como solução mais imediata (na verdade, como a única solução capaz de impedir que esta grande crise se transforme em uma grande depressão) a “atuação do *Big Central Bank* (banco central como prestador de última instância) e do *Big Government* (política fiscal anti-cíclica)”. (Associação Keynesiana Brasileira, 2008: viii)

Apesar das proporções ainda desconhecidas, a crise atual tem sido, em diversos aspectos, comparada à crise de 1929. Certamente a heterodoxia econômica, principal veiculadora deste discurso, gostaria que esta tivesse o mesmo poder da predecessora em habilitar o pensamento keynesiano. E fato é que, independentemente das pretensões de seus divulgadores, os últimos acontecimentos sugerem, apenas para mencionar o caso específico das teorias do desenvolvimento, uma mudança na correlação de forças em favor do novo-desenvolvimentismo.

3. Notas Conclusivas: contra a teodicéia do desenvolvimento

Como visto, não são poucas as reflexões e controvérsias suscitadas pela temática do desenvolvimento. Desde o seu surgimento, são inúmeros e inflamados os debates a respeito dos diagnósticos e soluções para o problema da desigualdade de desenvolvimento entre os países, que divide opinião de cientistas, técnicos e do público em geral. Além disso, como a própria conjuntura atual evidencia, são acirradas as disputas pelo posto de explicação e receituário dominantes.

Diferentemente do que se observa nas disputas internas à ciência econômica, no entanto, não se pretende questionar a veracidade de uma ou outra teoria do desenvolvimento apenas, ou principalmente, com base no argumento tradicionalmente utilizado: aquele que alega a falta de adequação empírica da concepção sob crítica.³³ Não se espera com isso negar o recurso aos dados, a validade de testes empíricos ou da utilização do material empírico na inspeção crítica

³³ Este critério de validação científica, seja apresentado na forma de capacidade explanatória (adequação da teoria a eventos passados) ou preditiva (corroboração das previsões por eventos futuros), apresenta uma série de problemas reconhecidos nos debates sobre filosofia da ciência. Uma inspeção crítica do assunto pode ser vista em Duayer, Medeiros e Paineira (2001).

das teorias. Trata-se sim de ressaltar o fato, relativamente intuitivo, mas nem por isso mesmo geralmente observado, que a conformidade com a experiência social, retratada no material empírico, sempre se faz presente em teorias com ampla aceitação social.

A ampla aceitação social é, na realidade, a prova mesma de que a teoria faz parte da experiência da época que ela descreve, não raramente ao lado de teorias rivais que interpretam de modo completamente distinto a mesma experiência social. Se concepções absolutamente distintas podem ser igualmente compatíveis com os fatos, a crítica de uma concepção dominante ou com grande fluência social não pode se limitar ao teste da adequação das teorias ao material empírico. Partindo, portanto, da análise dos principais pressupostos que condicionam os discursos veiculados pelas teorias do desenvolvimento, o presente trabalho pretende ir além desse critério circular de validação científica.

Desde este ponto de vista, pode-se observar que, à exceção das teorias críticas produzidas nos anos 1960/70, as teorias do desenvolvimento tomam a sociedade do capital com pressuposto de suas formulações e, mais do que isso, oferecem um instrumental útil à sua perpetuação. Na medida em que são incapazes de olhar para além dos marcos mais restritos desse modo de produção, estas são formas falsas de consciência; na medida em que hipostasiam as formas históricas, atribuindo indevidamente realidade absoluta a categorias relativas, as teorias do desenvolvimento fornecem uma imagem falsa do mundo social.

Ao mesmo tempo em que ocultam o processo de gênese, estas teorias sistematizam acriticamente as categorias tal como se apresentam imediatamente aos sentidos humanos. Apesar de falsas, estas são “formas de pensamento socialmente válidas, portanto objetivas, ajustadas às relações deste modo de produção historicamente definido, a produção de mercadorias”. (Marx, 2002: 98) Ao sistematizar categorias do cotidiano, as teorias do desenvolvimento operam soluções práticas aos problemas relativos à reprodução social. Informando práticas de manutenção e reprodução do *status quo* (independente do juízo feito pelos seus próprios formuladores), teorias normalmente tidas como *progressistas* são, ao contrário, *objetivamente conservadoras*. Dito de outro modo, estas concepções, além de *mistificadas*, levam à conservação e/ou reprodução das estruturas que produzem o fenômeno que pretensamente se quer eliminar, contribuindo para a manutenção da asoberbada miséria da periferia capitalista, para a disparidade de renda entre as nações, enfim para a manutenção daquilo que se chamou subdesenvolvimento.

Partindo, portanto, do entendimento de que a discussão, na medida em que se restringe ao critério da adequação empírica, não atinge o âmago da questão – e é nestes termos que o embate entre as teorias do desenvolvimento tem ocorrido nos últimos 50 anos – o presente trabalho busca, a partir da adoção de outro referencial filosófico-metodológico, estimular o olhar, pouco usual, *para além do empírico*, e a utilização da realidade mesma como objetivo último da construção científica e como critério último de sua validação.

Acredita-se que, além disso, a crítica científica não se esgota no âmbito teórico, envolvendo questões políticas mais decisivas. Isso porque, por detrás de toda teoria está presente, implícita ou explicitamente, uma visão de mundo (ou ontologia) que informa práticas concretas e produz inegáveis efeitos sociais. As teorias do desenvolvimento, tomadas aqui como alvo de interesse crítico, refletem, com as credenciais do discurso científico, a forma dominante de enxergar o problema, a saber, aquela construída a partir de uma ontologia conservadora, que assume a sociedade existente como limite último do pensamento e do agir humano. Se, por um lado, essa realidade social constitui *o efetivo problema do desenvolvimento* dos países e do mundo e se, por outro, as teorias do desenvolvimento são indispensáveis à sua reprodução, então essas teorias *são parte do problema*. Por essa razão, justifica-se a necessidade da crítica; mais do que isso, justifica-se a necessidade de uma crítica particular, uma crítica que vá além da realidade imediatamente dada e que espera com isso contribuir para a construção de discursos e práticas transformadoras.

Referências

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA. *Dossiê da Crise*. Novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/dossie-crise.pdf>>. Acesso em: 28/01/2009.

BARAN, Paul A. *A Economia Política do Desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BHASKAR, Roy. Societies. In: BHASKAR, Roy. *The Possibility of Naturalism: a philosophical critique of the contemporary social sciences*. Brighton: Harvester press, 1979. [Tradução preliminar: Herman Mathow/Thais Maia. Revisão: Bruno Moretti/Lilian Paes. Supervisão/Revisão Técnica: Prof. Mario Duayer, UFF (Revisão em processo)]

BIELCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BUKHARIN, Nicolai. *A Economia Mundial e o Imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Neoliberalismo e Desenvolvimento em uma Economia Periférica. In: CHAVIER, C. L. (org) *Desenvolvimento Desigual*. Uberlândia: Edufu, 2004.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- DOMAR, E. D. Capital Expansion, Rate of Growth, and Employment. *Econometrica*, v. 14, n. 2, abr., 1946.
- DOS SANTOS, Theotônio. The Structure of Dependence. *American Economic Review*, New York, may, 1970.
- DUAYER, Mário. Marx, verdade e discurso. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 19, n. 1, jan./jun., 2001.
- DUAYER, Mário; MEDEIROS, João Leonardo; PAINCEIRA, Juan Pablo. A Miséria do Instrumentalismo na Tradição Neoclássica. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.31, n.4, out./dez., 2001.
- FIORI, José Luís. De Volta à Questão da Riqueza de Algumas Nações. In: FIORI, José Luíz (org). *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FRANK, Andre Gunder. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1969.
- FURTADO, Celso. *Subdesarrollo y Estancamiento en América Latina*. Buenos Aires: Eudeba, 1966.
- GLYN, A. et alli. The Rise and Fall of the Golden Age. In: MARGLIN, S., SHOR, J. (eds). *The Golden Age of Capitalism: reinterpreting the postwar experience*. Oxford: Clarendon Press, 1990. Disponível em: <http://lipietz.net/article.php3?id_article=632>. Acesso em: 27/12/2004.
- HARRIS, Laurence. Verbete Forças Produtivas e Relações de Produção. In: BOTTOMORE, Tom (ed). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.
- HARROD, R. F. An Essay in Dynamic Theory. *The Economic Journal*, v. 49, n. 193, mar., 1939.
- HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HIRSCHMAN, Albert. *A estratégia de desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- HIRSCHMAN, Albert. Ascensão e Declínio da Economia do Desenvolvimento. *Revista de Ciências Sociais*, v.25, n.1, 1982.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- KLEIN, Naomi. *A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

- KUCZYNSKI, P. P; WILLIAMSON, J. *Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- LENIN, Vladimir. O Imperialismo, fase superior do capitalismo. In: *Obras escolhidas*. Lisboa/Moscú: Avante/Progresso, 1983.
- LEWIS, W. Arthur. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.
- LEWIS, W. Arthur. O Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-Obra. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (org) *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- LUKÁCS, György. *Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARSHALL, Alfred. *Princípios de Economia: tratado introdutório*. São Paulo: Abril Cultura, 1982.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*, L.I., v.1 e v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*, L.III, v.4 e v.6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) – Vol. 3*. México: Siglo XXI, 1988.
- MEDEIROS, João Leonardo. *A Economia Diante do Horror Econômico: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica*. Mimeo, 2007.
- MYRDAL, Gunnar. *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1965.
- NURKSE, Ragnar. Alguns Aspectos Internacionais do Desenvolvimento Econômico. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (org) *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- NURKSE, Ragnar. *Problemas de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.
- PINTO, Anibal. *Chile, un Caso de Desarrollo Frustrado*. Santiago: Editorial Universitaria, 1962.
- PREBISCH, Raúl. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais. In: BIELCHOWSKY, Ricardo (org). *Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problemas de Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (org) *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

ROSTOW, W. W. *Etapas do Crescimento Econômico*: um manifesto não-comunista. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut. Por que Novo-desenvolvimentismo? In: SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut (org). *Novo-desenvolvimentismo*: um projeto nacional de crescimento com equidade social. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SUNKEL, Oswaldo. Cambio social y frustración en Chile, *Economía*, ano 23, 1965.

SWEEZY, Paul. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WILLIAMSON, J. What Washington means by policy reform. In: WILLIAMSON, J. *Latin American Adjustment*: how much has happened? Washington: Institute for International Economics, 1990.